



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150520 - CE (2021/0223631-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : EMANOEL MARQUES PALHANO (PRESO)
ADVOGADOS : MANOEL ABILIO LOPES - CE029431
JOSY STEPHANY DA SILVA QUEIROZ - CE043460
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : EUGÊNIO MARQUES BEZERRA
CORRÉU : JOSENILDO MARQUES PALHANO
CORRÉU : TAMIRIS SANTOS ALMEIDA
CORRÉU : DEBORA BRENDA ALMEIDA FERREIRA
CORRÉU : MATHEUS LEMOS DE OLIVEIRA
CORRÉU : FRANCISCA TATIANE FARIAS ARAGAO
CORRÉU : JOCELIO DE OLIVEIRA CANDIDO
CORRÉU : DOUGLAS SOUSA ANDRADE
CORRÉU : THAIS ALANA NASCIMENTO MENDES

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EMANOEL MARQUES PALHANO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0627523-61.2021.8.06.0000).

O recorrente excesso de prazo para a formação da culpa e ausência de fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional preventivo.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão cautelar para que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente